

**PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA OCUPAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO
NA CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR PARA EXERCER FUNÇÕES NA
DIREÇÃO ACADÉMICA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA.**

ATA 1

Ao vigésimo oitavo dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas dez horas reuniu nas instalações da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL), o júri, designado pelo Diretor da FCUL, do procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a carreira e categoria de Técnico Superior do mapa de pessoal não docente e não investigador da FCUL para exercício de funções na Direção Académica, na sequência do despacho autorizador de 14 de outubro de 2022.

O júri, constituído pela Licenciada Cláudia Sofia Braz Rodrigues, que preside, pela 1.^a Vogal Efetiva, Licenciada Vera Lúcia de Jesus Fino Ramos e pela 2.^a Vogal Efetiva, Licenciada Anabela de Almeida Pereira, reuniu para elaborar o aviso de abertura (anexo I), nos termos do n.º 2 do artigo 9.º da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro (de ora em diante designada por Portaria), e fixar os parâmetros de avaliação, a sua ponderação, a grelha classificativa e o sistema de valoração final de cada método de seleção a aplicar no procedimento concursal comum, propondo a seguinte ordem de trabalhos, a qual foi aceite por todos:

1. Definição dos requisitos gerais, específicos e preferenciais para o preenchimento do posto de trabalho de acordo com o respetivo perfil de competências.
2. Fixação dos parâmetros de avaliação de cada método de seleção:
 - Prova de conhecimentos (PC);
 - Avaliação psicológica (AP);
 - Avaliação curricular (AC);
 - Entrevista de avaliação de competências (EAC).
3. Aprovação do aviso de abertura, da prova de conhecimentos, da grelha de avaliação curricular e da grelha da entrevista de avaliação de competências.

G.
VR
R

1. Definição dos requisitos gerais e específicos para o preenchimento do posto de trabalho de acordo com o respetivo perfil de competências:

Os requisitos gerais de admissão a aplicar são os definidos no artigo 17.º do Anexo à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual (de ora em diante designada por LTFP).

No que se refere à definição de requisitos específicos e preferenciais para o posto de trabalho, o Júri deliberou por unanimidade:

1.1 Requisitos específicos (obrigatórios):

Titularidade de licenciatura ou equiparado a licenciado, nos termos do n.º 1 do artigo 86.º da LTFP. No caso de o grau ter sido obtido numa instituição estrangeira, o mesmo deve ser reconhecido por uma instituição portuguesa de acordo com o Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto e com a Portaria n.º 33/2019, de 25 de janeiro, na sua redação em vigor à data da candidatura.

1.2 Requisitos preferenciais:

- Experiência na área académica e em ambiente universitário;
- Experiência profissional relacionada com o atendimento ao público;
- Experiência relacionada com cursos não conferentes de grau, 1.º ciclo, 2.º ciclo e 3.º ciclo de estudos do ensino superior (processos de candidatura, matrícula/inscrição, certificação, provas académicas);
- Experiência profissional relacionada com planeamento e organização pedagógica (planos de estudo, elaboração de horários, calendários de exames, distribuição de serviço docente);
- Conhecimento do sistema de gestão académica Fénix;
- Domínio das ferramentas informáticas Excel, Word e Outlook;
- Bons conhecimentos da língua inglesa, falada e escrita.

2. Métodos de seleção: Fixação dos parâmetros de avaliação de cada método de seleção

Relativamente aos métodos de seleção a aplicar, o Júri deliberou, por unanimidade, o seguinte:

- a) Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º da LTFP, conjugado com o artigo 17.º da Portaria, serão adotados os seguintes métodos de seleção:
 - Prova de Conhecimentos (PC);
 - Avaliação Psicológica (AP); e
 - Entrevista de Avaliação de Competências (EAC).

b) Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 36.º da LTFP, exceto quando afastados, por escrito, pelos candidatos que, cumulativamente, sendo titulares da carreira/categoria se encontrem a cumprir ou a executar, ou encontrando-se em situação de valorização profissional tenham estado, por último, a desempenhar a atribuição, competência ou atividade caracterizadora do posto de trabalho para cuja ocupação o procedimento foi publicitado, os métodos de seleção adotados, serão:

- Avaliação Curricular (AC); e
- Entrevista de Avaliação de Competências (EAC).

De seguida, o Júri deliberou o seguinte relativamente a cada um dos métodos:

2.1 Prova de Conhecimentos (PC)

A prova de conhecimentos visa avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício de determinada função, bem como aferir o adequado conhecimento e utilização da língua portuguesa, sendo constituída por três blocos de questões:

- i. um bloco de 5 (cinco) perguntas de escolha múltipla (cada resposta certa terá uma pontuação de 0,5 valores), relativas a questões sobre temas/tópicos gerais relativos à orgânica e funcionamento da Universidade de Lisboa e da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;
- ii. um bloco 5 (cinco) perguntas de escolha múltipla (cada resposta certa terá uma pontuação de 0,5 valores), relativas a questões sobre temas/tópicos gerais relativos à Administração Pública;
- iii. um bloco 15 (quinze) perguntas de escolha múltipla (cada resposta certa terá uma pontuação de 1 valor), relativas a questões sobre temas/tópicos específicos da atividade para que é aberto o concurso.

A prova de conhecimentos é escrita, com consulta de legislação/documentação, não sendo permitida a utilização de qualquer tipo de suporte eletrónico, de natureza teórica e de realização individual. Efetuada numa só fase, e em suporte de papel. Tem a duração de 60 (sessenta) minutos, e versará sobre questões gerais relativos à orgânica e funcionamento da Universidade de Lisboa e da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, sobre questões gerais relativos à Administração Pública, bem como sobre temas/tópicos específicos da atividade para que é aberto o concurso, respeitantes ao Ensino Superior, com enfoque na área académica,

G.
V.
P.

graus e diplomas, respetiva bibliografia e ou diplomas legais, bem como sobre as alterações legislativas que sobre eles tenham recaído e ou venham a recair até à data da realização da prova:

- Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, na sua redação atual - Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior;
- Despacho Normativo n.º 14/2019, publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 90, de 10 de maio, alterado pelo Despacho Normativo n.º 8/2020, publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 150, de 04 de agosto - Estatutos da Universidade de Lisboa;
- Despacho n.º 11913/2021, publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 233, de 02 de dezembro - Estatutos da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;
- Despacho n.º 602/2022, publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 10, de 14 de janeiro - Regulamento Orgânico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;
- Decreto-Lei n.º 4/2015, publicado em Diário da República, 1.ª Série, n.º 4, de 07 de janeiro, na sua redação atual - Código do Procedimento Administrativo;
- Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- Acordo coletivo de trabalho n.º 1/2009, de 28 de setembro;
- Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro - Regulamenta a tramitação do procedimento concursal de recrutamento;
- Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua redação atual - Código de Trabalho;
- Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual - Estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação de desempenho na Administração Pública;
- Decreto-Lei 135/99, de 22 de abril, na sua redação atual - Medidas de Modernização Administrativa;
- Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado pelos Decretos-Leis n.º 107/2008, de 25 de junho, n.º 230/2009, de 14 de setembro, n.º 115/2013, de 07 de agosto, n.º 63/2016, de 13 de setembro, n.º 65/2018, de 16 de agosto e 27/2021, de 16 de abril - Regime Jurídico dos Graus Académicos e Diplomas do Ensino Superior;
- Deliberação n.º 2284/2013, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 235, de 04 de dezembro, alterada pela Deliberação n.º 1279/2020 de 24 de dezembro - Regulamento da Avaliação de Conhecimentos da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;
- Despacho n.º 8631/2020, de 08 de setembro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 175, alterado pela Declaração de Retificação n.º 648/2020, de 25 de setembro - Regulamento de Estudos de Pós-Graduação da Universidade de Lisboa;
- Despacho n.º 7676/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 133, de 10 de julho - Regulamento do Estudante em regime geral a tempo parcial da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;

- Despacho n.º 6937/2020, de 06 de julho, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 129, de 06 de julho - Regulamento de Inscrição em Unidades Curriculares Isoladas da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;
- Despacho n.º 13285/2013, de 17 de outubro, alterado e republicado pelo Despacho n.º 12137/2014, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 189, de 01 de outubro - Regulamento de Creditação de Formação e de Competências da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;
- Despacho n.º 5621/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 102, de 27 de maio - Regulamento de Propinas da Universidade de Lisboa;
- Despacho n.º 8395/2017, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 185, de 25 de setembro - Regulamento do Ciclo de Estudos Conducente ao Grau de Licenciado da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;
- Despacho n.º 7742/2021, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 152, de 06 de agosto - Regulamento do Ciclo de Estudos Conducente ao Grau de Mestre da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;
- Despacho n.º 3098/2018, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 60, de 26 de março - Regulamento do Ciclo de Estudos conducente ao Grau de Doutor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

A prova de conhecimentos tem uma ponderação de 70% na Classificação Final (CF) e será pontuada numa escala de 0 a 20 valores, sendo expressa até às centésimas, com caráter eliminatório para os candidatos que obtiverem classificação inferior a 9,5 valores ou não compareçam à mesma. Em conformidade, o Júri elaborou o modelo da prova de conhecimentos, o qual se encontra em anexo II à presente ata, da qual faz parte integrante.

2.2 Avaliação Psicológica (AP)

A avaliação psicológica visa avaliar aptidões, características de personalidade e ou competências comportamentais dos candidatos, tendo como referência o perfil de competências previamente definido, podendo comportar uma ou mais fases.

A avaliação psicológica é avaliada através das menções classificativas de Apto e Não Apto, tendo caráter eliminatório para os candidatos cuja avaliação recaia nesta última, ou que não compareçam à mesma.

2.3 Entrevista de avaliação de competências

A Entrevista de avaliação de competências (EAC) visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função, a saber:

S.
VR
P

- Adaptação e Melhoria Contínua;
- Iniciativa e Autonomia.
- Organização e Método de trabalho;
- Relacionamento interpessoal;

Adaptação e Melhoria Contínua (AMC)

Neste parâmetro será apreciada a capacidade de se ajustar à mudança e a novos desafios profissionais e de se empenhar, de forma permanente, no desenvolvimento e atualização técnica.

Iniciativa e Autonomia (IA)

Neste item será apreciada a capacidade de atuar de modo proativo e autónomo no seu dia a dia profissional e de ter iniciativa no sentido da resolução de problemas.

Organização e Método de trabalho (OMT)

Neste parâmetro será apreciada a capacidade para organizar a sua atividade, definir prioridades e realizá-la de forma metódica.

Relacionamento interpessoal (RI)

Neste item será apreciada a capacidade para interagir com pessoas com diferentes características e em contextos sociais e profissionais distintos, tendo uma atitude facilitadora do relacionamento e gerindo as dificuldades e eventuais conflitos de forma ajustada.

Fórmula classificativa da entrevista de avaliação de competências (EAC)

A entrevista de avaliação de competências é expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, com carácter eliminatório para os candidatos que obtiverem classificação inferior a 9,5 valores ou não compareçam à mesma e tem uma ponderação de 30% na Classificação Final (CF), sendo a classificação obtida através da média aritmética simples das classificações dos elementos a considerar, de acordo com deliberação do júri.

$$EAC=(AMC+IA+OMT+RI)/16$$

Em conformidade, o Júri elaborou a grelha para a realização da entrevista de avaliação de competências, a qual se encontra em anexo III à presente ata, da qual faz parte integrante.

2.4 Avaliação Curricular

A avaliação curricular visa aferir os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, a saber:

- A habilitação académica ou nível de qualificação (HA)*;
- A formação profissional (FP)**;
- A experiência profissional (EP)***;
- Avaliação do desempenho (AD).

Cada fator tem a pontuação máxima de 20 valores.

* Neste parâmetro será apreciada a habilitação académica de base, onde se pondera a titularidade de grau académico, da seguinte forma:

Habilitações académicas	Pontuação
Licenciatura ou Mestrado	16 valores
Doutoramento	20 valores

** Neste parâmetro serão ponderados a participação em Cursos, Seminários, Estágios, Simpósios, Congressos, Conferências, Colóquios, Palestras e outras ações de formação e aperfeiçoamento profissional, frequentadas pelo candidato, relacionadas com as áreas de atuação do lugar posto a concurso, realizada nos últimos 5 (cinco) anos, não deixando, porém, de valorizar os candidatos que obtiveram formação, em áreas diversas quando aplicáveis.

Este item será valorado até um máximo de 20 (vinte) valores, sendo a valorização atribuída por cada frequência, de acordo com o seguinte:

Tipo de formação (em função do lugar a prover)	Duração da formação		
	≤ 12 horas	>12 e ≤ 30 horas	> 30 horas
Com interesse específico	2 valores	4 valores	6 valores
Com interesse complementar	1 valor	2 valores	3 valores

- Serão consideradas ações “com interesse específico”, as relacionadas com as áreas funcionais do lugar posto a concurso.
- Serão consideradas ações “com interesse complementar”, as que não incidam diretamente sobre as matérias referidas no parágrafo anterior, mas que com elas se relacionem.
- Se a duração das ações for indicada em dias, será feita a conversão na proporção de seis horas por um dia completo.

- Na falta de indicação da duração, será atribuída a pontuação relativa às ações de formação iguais ou inferiores a 12 horas.

- Se a pontuação máxima (20 pontos) for alcançada, pela formação de interesse específico, não será pontuado o item "com interesse complementar".

Neste parâmetro apenas serão considerados os cursos de formação na área de atividade específica para que é aberto o presente procedimento concursal, que se encontrem devidamente certificados e comprovados no processo de candidatura submetido e cuja atualidade seja considerada (últimos 5 anos).

*** Será avaliado o exercício das funções que se considera contribuir especialmente para a experiência profissional no exercício das funções inerentes ao posto de trabalho a concurso e o grau de complexidade das mesmas, de acordo com as seguintes valorações:

	Sem experiência na área da atuação	Com experiência 1) ou 2)	Com experiência 1) e 2)
Experiência profissional inferior a 3 anos	10 valores	14 valores	16 valores
Experiência profissional entre 3 e 5 anos	12 valores	16 valores	18 valores
Experiência profissional por mais de 5 anos	14 valores	18 valores	20 valores

A experiência profissional na área de atuação é valorizada pelas atividades desenvolvidas de acordo com:

- Experiência na área académica e em ambiente universitário;
- Experiência profissional relacionada com o atendimento ao público;
- Experiência relacionada com cursos não conferentes de grau, 1.º ciclo, 2.º ciclo e 3.º ciclo de estudos do ensino superior (processos de candidatura, matrícula/inscrição, certificação, provas académicas);
- Experiência profissional relacionada com planeamento e organização pedagógica (planos de estudo, elaboração de horários, calendários de exames, distribuição de serviço docente);
- Conhecimento do sistema de gestão académica Fénix;
- Domínio das ferramentas informáticas Excel, Word e Outlook;
- Bons conhecimentos da língua inglesa, falada e escrita.

Fórmula classificativa da avaliação curricular (AC)

A avaliação curricular é expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas e tem uma ponderação de 70% na Classificação Final (CF), sendo a classificação obtida através da média aritmética simples das classificações dos elementos a considerar, de acordo com deliberação do júri.

$$AC = \frac{HA + FP + EP + AD}{4}$$

Em conformidade, o Júri elaborou a grelha para a realização da Avaliação Curricular, a qual se encontra em anexo IV à presente ata, da qual faz parte integrante.

3. Sistema de classificação final

3.1 A ordenação final dos candidatos que completem o procedimento, com aprovação em todos os métodos de seleção aplicados, é efetuada por ordem decrescente da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção, expressa numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, conforme n.º 1 do artigo 23.º da Portaria.

3.2 É excluído do procedimento os candidatos que: a) obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos ou fases, não lhe sendo aplicado o método ou fase seguintes; b) tenham obtido a menção de Não Apto na Avaliação Psicológica.

3.3 Em situações de igualdade de valoração têm preferência na ordenação final os candidatos que se encontrem nas condições definidas no n.º 1 do artigo 24.º da Portaria.

3.4 A ordenação dos candidatos que se encontrem em igualdade de valoração e em situação não configurada pela lei como preferencial é efetuada nos termos do n.º 2 do artigo 24.º da Portaria.

Assiste ao Júri a faculdade de exigir a qualquer candidato a apresentação de documentos comprovativos das declarações que efetuou sob compromisso de honra e das informações que considere relevantes para o procedimento. As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião dada por encerrada e da mesma lavrada a seguinte ata, que, achada em conformidade, vai ser assinada por todos os presentes.

G.
VR
R

O Júri

Presidente


(Cláudia Sofia Braz Rodrigues)

1.ª Vogal Efetiva


(Vera Lúcia de Jesus Fino Ramos)

2.ª Vogal Efetiva


(Anabela de Almeida Pereira)

Anexos: os mencionados